

O PROCESSO DE AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Giovanna Soares Nogueira ¹

Regina de Jesus Chicarelle²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a prática avaliativa na Educação Infantil, a fim de reconhecer sua importância e eficácia ao processo de ensino-aprendizagem. Para atingir tal propósito, foram traçados alguns objetivos específicos: conhecer o histórico das concepções de avaliação; explorar os resultados de estudos pertinentes a avaliação na Educação Infantil; apresentar quais conhecimentos e capacidades específicas são necessárias aos professores para a avaliação da criança na Educação Infantil. Essa pesquisa tem como suporte teórico as ideias de autores como: Costa (2005), que apresenta a concepção de avaliação presente desde o século V, a autora Hoffmann (1994) apontando que a avaliação não deve possuir um caráter classificatório e punitivo, bem como outros autores que seguem a mesma linha de pesquisa. Para finalizar, o trabalho conta ainda com um estudo das leis que regem tal avaliação, como por exemplo, Lei das Diretrizes e Bases 9394/96, Base Nacional Comum Curricular (2017) e Plano Nacional de Educação Lei Nº 13.005/2014 . A pesquisa teve como metodologia uma abordagem qualitativa de caráter bibliográfico, de modo que para chegar a tal definição me pautei nos estudos de Gil (2002). Com a presente pesquisa foi possível compreender que o objetivo da avaliação nessa etapa educacional é subsidiar a prática pedagógica, de modo que o professor contemple cada momento vivenciado pela criança em sala de aula.

Palavras-chave: Avaliação; Educação Infantil; Prática Pedagógica.

- 1- Graduanda do 4º ano do curso de Pedagogia/Universidade Estadual de Maringá
- 2- Orientadora. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Professora do Departamento de Práticas da Educação do curso de Pedagogia/Universidade Estadual de Maringá

THE EVALUATION PROCESS IN THE CHILD EDUCATION

ABSTRACT

This article aims to understand the evaluation process in the Child Education, starting from the observation of the evaluative practice in this educational phase to recognize its significance and efficiency to the teaching-learning process. To achieve such goal, some specific objectives were set: to know the history of the conceptions of evaluation; to explore the results of studies relevant to the evaluation in the Child Education; to show that knowledge and specific capabilities are necessary to the teachers for the evaluation of the infant in the Child Education. This research has as theoretic support the ideas of authors such as: Costa (2005) that shows the conception of evaluation present since the 5th century, the author Hoffmann (1994) pointing that the evaluation must not have a classificatory and punitive character, as well as other authors that follows the same research line. Finally, the work also includes a study of the laws governing such assessment, for example, The Guideline and Basis Law 9394/96, The National Common Curricular Base (2007) and The National Education Plan Law 13.005/2014. This research has as methodology a qualitative approach of bibliographic character, so that to reach such definition I guided myself in the studies of Gil (2002). This work allowed to comprehend that the objective of the assessment in this educational phase is to subsidize the pedagogic practice, so that the professor contemplates each moment experienced by the child in the classroom.

Key words: Assessment; Child Education; Pedagogic Practice.

INTRODUÇÃO

O tema avaliação de desempenho de estudantes é amplamente pesquisado e discutido em ambientes escolares, mas quando o foco se volta à Educação Infantil (EI), tal como apresenta-se nesse artigo, torna-se uma discussão recente. Há poucos anos a avaliação nessa etapa educacional realizava-se em maior parte nas instituições privadas. Isto é de conhecimento geral, de que tais instituições enfatizam o atendimento às expectativas das famílias dos alunos. Porém, um atendimento muito mais relacionado à quantidade de conteúdos ou mesmo na sua implementação antecipada, à duras penas para a criança.

Falar de avaliação em contexto escolar, não está relacionado apenas ao aprendizado do aluno, mas sim, nas ações do ambiente escolar como um todo. Os professores, por exemplo, são avaliados pelos resultados de seus alunos de acordo com a média das notas dos mesmos, a escola por sua vez, é avaliada por provas

governamentais e o país, é avaliado com base nesses resultados. Sendo assim, pode-se perceber que a avaliação está presente em todo o âmbito educacional.

Ainda que existam todos esses instrumentos e mecanismos de avaliação no âmbito escolar, esse trabalho está voltado para a avaliação das crianças na Educação Infantil. Uma etapa educacional que acaba gerando hesitação por parte de alguns professores, que não conseguiram compreender o objetivo da educação nessa etapa de ensino. Assim sendo, torna-se árduo o processo de avaliar as crianças de 0 a 5 anos, uma vez que, como enfatiza os autores Cesar e Souza (2016), que antes de avaliar é preciso saber o que esta sendo avaliado.

Concomitantemente, como ressaltam os mesmos autores anteriormente citados, se o professor não possuir clareza do que deve ser contemplado no ensino das crianças pertencentes a Educação Infantil, logo não saberá definir o que deve ser avaliado. Desse modo, para cumprir a obrigatoriedade da avaliação, a mesma por muitas vezes, apresenta um caráter documental em que acaba perdendo seu principal objetivo: contribuir para o processo de aprendizagem e desenvolvimento global da criança pequena Brasil (2009).

Vale ressaltar que essa faixa etária tornou-se primeira etapa da Educação Básica culminando na obrigatoriedade de avaliar o processo de ensino-aprendizagem somente a partir da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº9394/96

Art 29 A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Desde que passou a ser a primeira etapa da Educação Básica, a avaliação das crianças da Educação Infantil passou a ser amplamente discutida por pedagogos e/ou professores que começaram a elaborar padrões avaliativos. No entanto, de acordo com Moro (2011), pesquisadora acerca das questões relacionadas à avaliação na Educação Infantil, o problema é que em grande parte, o foco dessas avaliações ficou voltado apenas para o cumprimento da lei, sem se atentar ao fato da importância dessa avaliação até mesmo para o planejamento das aulas.

As vivências nos estágios curriculares supervisionados na Educação Infantil da Universidade Estadual de Maringá provocaram-me a necessidade de investigar sobre a melhor a forma de avaliar tais crianças. Um momento primordial do estágio

que me fez pesquisar sobre a temática, foi um dia em que eu enquanto estagiária tive que avaliar crianças do infantil 5 numa atividade de circuito. Essa avaliação continha uma tabela que continha cada objetivo do circuito e dois quadrados para assinalar se a criança conseguia atingir o determinado objetivo ou não, um dos objetivos era: “Pular de um pé só”.

Enquanto avaliava uma das crianças vi que a mesma ao fazer o circuito não pulou de um pé só, decorrente disso coloquei um “X” no quadrado do não, mas logo após a atividade vi a mesma criança pulando da forma como pedia a atividade, ao mencionar tal situação para a professora ela disse que não havia problemas nisso. Foi onde eu parei e me perguntei “*Qual o objetivo da avaliação na Educação Infantil?*”.

Com este trabalho, pretendo compreender a importância desse tipo de avaliação com base no que os teóricos escrevem sobre a temática e estabelecem como pontos essenciais para a avaliação na Educação Infantil. De modo que, dessas vivências acima destacadas, esse estudo possibilitará, sobretudo que o meu trabalho docente seja melhor desempenhado.

Dessa forma, a pesquisa pretende responder a seguinte questão: “enquanto professor, o que devo me atentar para avaliar as crianças da Educação Infantil, sem que haja o intuito de promoção e/ou julgamentos?”. Já a hipótese elaborada, é a de que a forma como as crianças vêm sendo avaliadas na Educação Infantil não está sendo realizada de forma precisa, necessitando de um olhar mais atento e cuidadoso.

O objetivo geral da presente pesquisa é, entender o processo de avaliação na Educação Infantil, partindo de uma reflexão da prática avaliativa nessa etapa educacional, a fim de reconhecer sua importância e eficácia ao processo de ensino-aprendizagem nesta etapa educacional. Para alcançar o mencionado objetivo geral, foram delineados os seguintes objetivos específicos: conhecer o histórico do termo avaliação relacionado com a concepção de avaliação, a fim de compreender a forma como a mesma é vista na atualidade; explorar os resultados de estudos pertinentes a avaliação na Educação Infantil, de forma a compreender os objetivos da mesma e, por fim; apresentar que conhecimentos e capacidades específicas são necessárias aos professores para a avaliação da criança na Educação Infantil, com o objetivo de que essa prática contribua com o processo de ensino.

O referencial teórico que embasa o presente estudo está representado inicialmente por Costa (2005), no qual obtive base para tratar do conceito de avaliação. Para explorar as pesquisas realizadas referente à avaliação na Educação Infantil e a avaliação dessa etapa educacional, pautei-me em questões levantadas na Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) em conjunto com estudos realizados pelas autoras Moro Souza (2015).

Dando prosseguimento ao referencial teórico o artigo apresenta detalhadamente o que deve ser avaliado na educação Infantil com base na estudiosa acerca do tema Avaliação, Jussara Hoffman (1994) que apresentará quais pontos é necessário avaliar nessa etapa educacional, de modo que essa avaliação seja produtiva tanto para o professor, quanto para a criança que está sendo avaliada. O artigo evidenciará também aspectos da avaliação na Educação Infantil fundamentados na BNCC (Base Nacional Comum Curricular), Plano Nacional de Educação (PNE) e Lei das Diretrizes e Bases 9394/96 (LDB).

O presente estudo apoia-se na abordagem de pesquisa qualitativa em razão de discutir e salientar os fatores de como ocorrem à avaliação na Educação Infantil, com ênfase aos processos das mesmas. A metodologia da presente investigação é de caráter bibliográfico, ou seja, o artigo será com base em leitura de estudos já realizados a respeito do tema, de acordo com GIL (2002, p. 44) a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

As verificações dos materiais necessários ao levantamento de dados para essa pesquisa ocorreram na Biblioteca Central (BCE-UEM) em conjunto com leitura das leis que regulamentam a prática de avaliar nessa etapa educacional. Por fim, fora realizadas pesquisas em sites que trazem informações que remetem ao tema abordado.

O artigo apresenta historicamente questões relacionadas à avaliação na Educação Infantil. Buscando enfatizar a função que esta avaliação exerce e o quanto pode ser positiva no processo de ensino quando aproveitada em todos os seus aspectos, e o respaldo negativo no processo de aprendizagem para a criança que é avaliada de forma inadequada.

A primeira seção do artigo abrange o contexto histórico da avaliação relacionado às concepções de avaliação. Nela encontram-se aspectos concernentes à bagagem negativa que a avaliação por si só apresenta, como por exemplo, que o

fato de passar por um processo avaliativo está diretamente ligado a situação de ser julgado ou classificado em bom ou ruim naquilo em que está sendo avaliado.

Na segunda seção, temos os resultados de estudos que ocorreram a respeito do tema entre os anos de 1980 a 2018 nas reuniões da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Nesta seção, para além da avaliação das crianças, é abordada também as leis que regem tal avaliação, e ainda, a prática pedagógica nessa etapa educacional.

A terceira e última seção apresenta o que e como avaliar as crianças na Educação Infantil, apresentando questões que precisam ser levadas em consideração ao avaliar essas crianças, bem como quais os objetivos dessa avaliação no processo de ensino aprendizagem.

Por fim, nas considerações finais, dispomos que avaliar as crianças de 0 a 5 anos exige do professor conhecimentos a cerca da importância dessa ação, visando o aprendizado e desenvolvimento integral da criança avaliada.

1 HISTÓRICO DAS CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO NO BRASIL

Ao falar do contexto histórico da palavra "avaliação" podemos buscar bem longe, no século V mencionando o filósofo Platão, que foi considerado primeiro pedagogo dizia que a alma das pessoas já vinham designadas a desempenhar determinado papel na sociedade e era pela educação que se descobria esse papel, onde após determinado tempo aprendendo conteúdos escolares, mas especificamente aos 20 anos os jovens começavam a passar por uma espécie de exames (avaliações) , os que reprovaram já no primeiro exame aos vinte anos de idade eram classificados como pertencente a parte produtiva da sociedade, os que conseguiram aprovação no primeiro exame seguiriam com os estudos para que aos 30 anos passassem por mais um exame, de modo que nesse os reprovados seriam destinados a guardiões da cidade e os que passassem nesse exame seguiam com os estudos para se tornarem magistrados. (COSTA,2005)

Esses testes aconteciam, pois Platão enfatizava que as almas das pessoas possuíam uma espécie de metal que determinava o papel no qual essa pessoa iria compor na sociedade, como podemos ver na citação a seguir:

Platão apresenta a ideia de que a alma das pessoas contém metais que determinam sua natureza, Ouro, prata, bronze e

ferro estão presentes nas almas dos indivíduos, e indicam a função deles na sociedade. Se existe ferro ou bronze na alma, a pessoa está mais apta a desenvolver trabalhos manuais, ou seja, deverá compor a classe produtiva; se o metal for prata, está apta para se tornar um guardião da cidade; e se for uma alma dourada, deverá ser o magistrado, o líder daquela sociedade (COSTA,2005, p.52).

Podemos ver de acordo com a citação, que nesse período assim como hoje, a avaliação (neste caso nomeada como exame) possuía um caráter classificatório, de modo que além de determinar o papel da pessoa perante a sociedade, para Platão somente teria direito a todos os conhecimentos aqueles que chegassem ao nível de magistrado, ou seja, apenas os indivíduos que tinham a “alma dourada”.

Outra questão importante de ressaltar e agora tendo base nas autoras Angeluci, Baena e Gasque, (2018) é que há séculos atrás, os castigos físicos substituíram os exames ou avaliações, mas serviam para impor medo, pois acreditava-se que o medo seria um aliado para influenciar o envolvimento dos alunos no conteúdo escolar. O uso do medo como recurso para avaliação foi utilizado em formas de castigos físicos (palmatória, ajoelhar no milho) e morais como, por exemplo, expor a criança a frente aos colegas apontando seus erros.

Mesmo retratando séculos passados ainda hoje, em regra, a avaliação possui esse mesmo caráter classificatório e punitivo, de modo que na atualidade apesar de não existir as mesmas formas de punição ressaltadas pelas autoras acima, falar de avaliação como forma de ameaça objetivando que o aluno melhore o comportamento e foque nos estudos ainda é comum na prática docente. O caráter classificatório ainda é mais presente, na medida em que é por meio das provas e trabalhos realizados que o professor designa se o aluno aprendeu ou não e a partir disso é abstraída uma nota.

Como respaldo para a compreensão do que significa de fato avaliar podemos ler o artigo 31 da LDB 9394/96 que ressalta que, avaliar é um processo que visa o acompanhamento e registro do desenvolvimento do aluno sem objetivo de promoção, portanto avaliar deve ter como função obter conhecimento das dificuldades individuais dos alunos para que a partir disso haja a elaboração de um planejamento que atenda as necessidades desses alunos. Portanto a avaliação em momento algum deve apresentar caráter classificatório já que a mesma serve de parâmetro para o professor conhecer o aluno nas suas individualidades e diante disso elaborar as próximas aulas visando atender as especificidades dos mesmos.

Vale ressaltar que a avaliação não esta presente apenas no processo escolar, mas em diversas áreas de nossas vidas e apresentando as mesmas características classificatórias e punitivas.

O ato de avaliar é um processo comum a todas as atividades humanas, é inevitável por parte do ser humano. Frequentemente, em nosso meio social, somos chamados a apreciar, analisar e julgar. Na educação escolar, a avaliação tem se estendido aos alunos, aos professores, aos métodos, aos equipamentos, aos prédios escolares, aos sistemas, aos projetos/programas, aos currículos e até a própria avaliação (ANGELUCI; BAENA; GASQUE,2018).

Ao dizer que a avaliação se estende aos professores, métodos e currículo podemos mencionar a Prova Brasil, um modelo de exame padronizado aplicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira que é aplicada aos alunos, mas que tem o intuito de avaliar o sistema de ensino como um todo, visando saber o que os alunos estão aprendendo e o que está faltando para a melhora do ensino aprendizagem, cabe aos governantes a partir dessas provas elaborarem estratégias objetivando a melhora da qualidade do ensino.

Dentre os exames padronizados temos além da Prova Brasil, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), no qual pela primeira vez no ano de 2019 passou a avaliar também a Educação Infantil, e assim como os demais exames as avaliações do SAEB visam conhecer o contexto das instituições de ensino, de modo que ao encontrar problemas providencie recursos para a solução dos mesmos.

2 Resultados de estudos pertinentes à “avaliação na Educação Infantil”

As autoras Moro e Souza (2014) fizeram uma busca de publicações referente ao tema “avaliação na Educação Infantil” dos anos de 1980 a 2012 apresentam que os estudos da temática iniciaram no ano de 1980 de forma ampla, e que em 1990 os estudos voltam-se para aspectos sociais e afetivos envolvidos no processo de avaliação, em 2000 os pesquisadores começam a investigar a programas que avaliam o rendimento das escolas como, por exemplo, Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Prova Brasil e o Índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), onde ressaltam que tais programas não cumprem o papel de promover melhorias no processo de ensino aprendizagem, portanto acabam apenas por classificar escolas em melhores e piores.

A amostra pesquisada constitui-se em 52 estudos de campo, sendo 5 entre teses e doutorado, 33 entre dissertações de mestrado e 14 artigos. Em número muito menor a amostra inclui pesquisa documental em todos os seguimentos, sendo 2 teses, 2 dissertações e 1 artigo (MORO;SOUZA,2014,p.113).

De acordo com a citação, podemos ver a quantidade de estudos realizados de 1980 a 2012 referente a temática, dentre os autores há quem fez estudos voltados para a qualidade do ensino na Educação Infantil, outros que fizeram articulações entre o ensino nacional e internacional, alguns autores buscaram entendimento a cerca das propostas sobre a avaliação nessa etapa e o por fim, outros buscaram conhecer o uso de um determinado instrumento avaliativo.

Ainda referente a estudos da temática em questão, temos como embasamento alguns levantamentos que ocorreram em reuniões na Associação Nacional de pós Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), essas reuniões nos possibilitam reflexões a respeito de diversas questões que envolvem a educação e dentro delas a preocupação com a questão da avaliação da Educação Infantil e na Educação Infantil.

No ano de 2012 foi constituído pela Associação um Grupo de Trabalho (GT) que incluía diversos pesquisadores comprometidos a investigar questões relevantes da referida etapa educacional, no ano seguinte a pesquisadora Catarina Moro iniciou uma pesquisa referente a um modelo de avaliação da Educação Infantil promovido pela prefeitura do Rio de Janeiro, mas que tem origem estadunidense, o *Ages and Stages Questionnaires (ASQ-3)*, a sigla inglesa corresponde as seguintes palavras em português “Questionários sobre Idades e Estágios”. Essa avaliação consiste em uma série de perguntas referentes ao desenvolvimento da criança que visam saber se as mesmas estão dentro do previsto para sua faixa etária, desse modo podemos ter clareza de que por mais que tenham passado dezenove anos dos escritos de Hoffmann (1994) pouco mudou em relação ao modo de avaliação das crianças pertencentes à Educação Infantil, onde parece existir uma criança modelo para ser seguida.

O ASQ3 partindo da concepção da Moro (2013), apresenta uma listagem de perguntas nas quais pais ou educadores estão aptos a preencher. Testes esses que não contribuem com o processo de ensino aprendizagem, já que não visa uma reflexão a cerca do tipo de educação que estão tendo as crianças de determinada escola, tampouco a formação dos profissionais que trabalham com as mesmas.

Esses testes acabam apenas por classificar escolas como melhores ou piores, sem que sequer haja uma análise a cerca do contexto histórico cultural que envolve cada escola que é avaliada.

Após as pesquisas referentes ao ASQ-3, no ano de 2015 ocorreu um seminário com os pesquisadores do Grupo de Trabalho 07 da ANPEd composto por pesquisadores da temática Educação Infantil como um todo, neste evento houve um debate sobre estudos e propostas para a área, tendo o foco voltado para a avaliação da Educação Infantil numa perspectiva formativa e participativa.

Para além das discussões acerca da pesquisa o seminário tinha também interesse em obter avanços na criação da portaria para instituir a Avaliação Nacional da Educação Infantil (ANEI), de forma que no mesmo ano a Associação promoveu uma entrevista com uma pesquisadora partícipe do processo de formulação da ANEI, a professora Gizele de Souza (pesquisadora integrante do GT 07) buscando conhecer objetivos e expectativas para a aprovação da referida avaliação. A pesquisadora afirmava ser grande a expectativa para tal aprovação, já que a criação dessa avaliação seria um caminho para conhecer o que as crianças dessa etapa educacional estavam aprendendo, bem como o papel do Estado na estipulação de conteúdos necessários a essa etapa

[...] a ANEI chega para responder tanto a exigência estabelecida pela legislação educacional brasileira, como pela concepção de que a Educação Infantil como parte do sistema educacional deve compor um processo de avaliação nacional (SOUZA,2015).

A citação menciona a Lei n.º 13.005/14 presente no Plano Nacional de Educação (PNE), de modo que no artigo 11 a lei prevê que a avaliação da Educação Básica tem por objetivo conhecer a qualidade de ensino e propor políticas públicas que promovam a melhoria do mesmo. Em outra reunião realizada pela ANPEd as pesquisadoras mencionam que por mais que a Educação Infantil esteja vinculada a Educação Básica quando analisada dentro das propostas do PNE a respeito de avaliação é perceptível um certo distanciamento da forma adequada de avaliar as peculiaridades do ensino das crianças de 0 a 6 anos como, por exemplo, quando tratam dos indicadores de rendimento escolar, desempenho dos estudantes e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Essas avaliações concernem a outras etapas da Educação Básica.

Vieira e Côco (2015) Enfatizam que ao pensar em Educação Básica a Educação Infantil deve ser discutida em suas particularidades, pois é um momento inicial da vivência escolar em que as crianças e equipe envolvidas no processo precisam de um olhar mais sensível comparado as outras etapas educacionais.

Diante disso em específico a avaliação na Educação Infantil temos a estratégia 1.6 vinculada a meta 1 do PNE:

Implantar, até o segundo ano da vigência deste PNE, avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada dois anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes (BRASIL,2014).

Partindo da citação da meta 1, a Avaliação Nacional da Educação Infantil vinha sendo estudada para cumprir aspectos relacionados a referida meta, porém a ANEI foi revogada pelo Ministério da Educação, desse modo ficou inviável promover a avaliação da Educação Infantil da forma em que é prevista em lei.

Somente no ano de 2018 a Avaliação da Educação Infantil é contemplada em sua especificidade pelo Sistema Nacional de Educação Básica (Saeb), e é tema de uma das reuniões da ANPEd ocorridas no mesmo ano

De acordo com os membros da Diretoria de Avaliação da Educação Básica, a Educação Infantil será avaliada por meio de questionários eletrônicos que serão aplicados de forma censitária á educadores, gestores das instituições e dirigentes municipais e estaduais das redes públicas de ensino. As instituições privadas de Educação Infantil poderão aderir a avaliação da mesma maneira como as escolas privadas que atendem as demais etapas educacionais aderem as avaliações do Saeb (COUTINHO;PIMENTA,2018).

A avaliação proposta terá como objetivo identificar desigualdades presentes na Educação Infantil e a partir disso promover a elaboração de políticas públicas que tragam melhorias para a alegada etapa educacional. Evidencia-se que esta avaliação terá como objetivo conhecer problemas relacionados a infraestrutura, recursos materiais, profissionais, gestão e acessibilidade, sendo assim a avaliação das crianças da Educação Infantil é realizada apenas pelo professor.

3 Ao que se atentar para avaliar as crianças da Educação Infantil

A Educação infantil é uma etapa educacional onde de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (2007) a criança deve aprender a conviver com outras crianças e adultos, brincar, participar de escolhas, explorar (movimentos, gestos, sons, formas texturas, cores, palavras, emoções...), expressar-se e conhecer-se. A BNCC enfatiza também que essas aprendizagens não serão espontâneas, portanto cabe ao professor elaborar as suas aulas com intencionalidade de atingir tais objetivos.

Para avaliar tais aprendizados temos em parâmetros legais que o professor da Educação Infantil precisa elaborar relatórios, portfólios com fotografias e textos dos alunos tendo em vista que o objetivo da avaliação é dar subsídios á prática docente. Diante disso em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (2017)e a LBD 9394/96 (1996), a avaliação não deve ter caráter de promoção ou classificação (BRASIL).

O professor ao avaliar as crianças da Educação Infantil precisa também ter um olhar atento a cada momento vivenciado pelas crianças dentro da sala de aula e escola como um todo, pois nessa idade as crianças estão vivenciando diversas situações novas, seja elas de aprendizagens de conteúdo como também de socialização e interação com o meio. Hoffmann,(1994) traz que esse olhar atento do professor é essencial para a prática docente e que essas observações da ao professor a possibilidade de elaborar suas aulas partindo do interesse da criança. Sobre essa questão a autora apresenta dois pressupostos básicos de uma proposta de avaliação para a Educação Infantil: Observação atenta e curiosa sobre as manifestações de cada criança e reflexão sobre o significado dessas manifestações em termos de seu desenvolvimento.

É por meio das observações que o professor da Educação Infantil avalia e é através das reflexões acerca do processo de aprendizagem que o professor deve elaborar as intervenções que contribuirão positivamente para esse processo. Essa reflexão não deve vir acompanhada de julgamentos, portanto o intuito das mesmas é contribuir com a elaboração dos planejamentos de aula do professor, visando à melhoria do processo de ensino aprendizagem.

As avaliações feitas na Educação Infantil quando não servem para auxiliar na prática docente condizem apenas para acumulação de registros para os pais, esses

registros muitas vezes acabam partindo de uma listagem de coisas que as crianças “devem” já ter conhecimento. A seguir temos um exemplo desse tipo de registro: “tem uma boa relação com os colegas” “ come, ou não come sozinho”, seguindo esse modelo de avaliação pouco se sabe sobre a criança e nada se sabe sobre o seu processo de desenvolvimento. Hoffmann (1994), diz que as crianças acabam sendo avaliadas para alcançar as expectativas dos adultos, é como se existisse uma criança modelo e que as demais devessem seguir esse modelo pré-determinado.

O ideal seria especificar quais atitudes da criança fizeram o professor perceber que ela tem uma boa relação com os amigos, refletindo sobre como é essa relação na sala de aula? Desde o começo do ano apresenta os mesmos comportamentos com os colegas? Algo visível fez mudar esse comportamento? Como ela lida com situações de conflitos?. Há diversas situações para se avaliar e registrar na Educação Infantil e nesse registro é necessário que haja especificidades da criança e não apenas as ações que a mesma realiza ou deixa de realizar, até porque registrar dessa forma não acrescentará em nada na realização da prática docente. Ao dizer que “o aluno tem uma boa relação com os colegas” é como se não houvesse mais a necessidade de trabalhar questões de convivência e socialização dessa criança em específico.

Vale ressaltar que a culpa de se avaliar dessa forma não deve recair apenas sobre o professor, visto que na escola toda a equipe pedagógica tem acesso a essa avaliação e na maioria das vezes é a própria equipe quem as formulam

Os equívocos e deficiências cometidos em relação ao processo de avaliação na Educação Infantil são em função de todo um sistema cuja estrutura é frágil, os resultados cobrados pela escola, as expectativas dos pais em relação ao desenvolvimento da criança, a falta de tempo e recursos por parte dos professores são algumas das causas que explicam em parte tais erros. (CESAR;SOUZA,2016, p.5)

Como nos mostra a citação são múltiplos os fatores que são levados em consideração ao elaborar a avaliação das crianças dessa etapa da Educação Básica, tendo em vista tantos critérios a serem levados em consideração, a maior parte dos Centros Municipais de Educação Infantil priorizam as avaliações de assinalar, de classificar a criança em “apta” ou “não apta” para agilizar o processo de avaliar.

Ao dizer a palavra “agilizar” vamos ao encontro de outra situação vivenciada nos CMEI’s, onde o foco deixa de ser a criança e passa a ser a rotina: o tempo, na medida em que todas as atividades têm duração determinada, tudo tem hora de começar e terminar sem levar em consideração que haverão crianças que necessitarão de um tempo maior para algumas atividades, porém de acordo com Hoffmann (1994) diante dessas situações é comum que o professor faça para os alunos atividades que eles já saberiam fazer sozinhos, o que acaba atrapalhando os registros avaliativos, na medida em que tudo o que a criança faz ou deixa de fazer dentro do CMEI precisa ser avaliado. Nessa etapa educacional tudo é considerado aprendizado levando em consideração que a criança esta em processo de desenvolvimento. Referente a isso Hoffmann (1994), reforça que fazer pela criança tarefas que elas já sabem atrapalha o processo de avaliação.

Perceber a criança como o centro da ação avaliativa consiste em observá-la curiosamente e refletir sobre o significado de cada momento de convivência com ela. Pode-se correr o risco de estar interferindo em suas descobertas, respondendo antes dela perguntar, ou fazendo pela criança o que ela conseguiria fazer sozinha. Se o professor não perceber tais ações como avaliativas, estará obedecendo a uma prática equivocada de registros finais (HOFFMANN,1994,p.92)

De acordo com a citação o professor quando realiza alguma atividade na qual o aluno já tem o domínio ele não avaliará de forma correta, de modo que estará impedindo a criança de agir conforme os próprios aprendizados, ao agir assim o professor descaracteriza o momento como partícipe do processo de avaliação, o que esta errado, tendo em vista que quando referido a Educação Infantil todas as ações das crianças estão relacionadas a aprendizagem e deve constar nos registros avaliativos.

Outro momento em que a criança não é a prioridade dentro da escola é em relação a atividades que demandam espaços fora da sala de aula e que tem a possibilidade de sujar esses espaços, por exemplo, atividades que envolvam tinta e argila, mesmo sabendo que as crianças gostam de realizar atividades em ambientes diferentes e com materiais diversos, muitas vezes essas atividades acabam sendo barradas em função da “bagunça” que podem fazer. Diante disso, as crianças passam a maior parte do tempo dentro das salas de aula em contato com atividades, que pouco as envolvem e com brinquedos de pouca qualidade, assim como menciona a autora:

[...] privilegiam-se atividades gráficas, quando realizadas, com as crianças sentadas às mesas [...] Estão à disposição brinquedos estragados ou pouco criativos, o espaço para as brincadeiras é limitado, os horários são rígidos, a limpeza do ambiente é prioritária (HOFFMANN,1994,p.93).

Diante disso, podemos observar como a criança e os interesses da mesma não são levados em consideração perante toda a rotina da escola, fato esse que atrapalha o processo de ensino aprendizagem, refletindo diretamente no que é registrado sobre a aprendizagem e desenvolvimento dessa criança. Os registros em grande parte são pautados em atividades nas quais as crianças produzem algo material como desenhos, tentativas de escrita, pinturas e não prioriza-se ações importantes que a criança apresenta perante todo o horário que fica nos CMEI's , dentre as ações pode se pensar no modo de convivência com colegas e/ou professor, socialização, independência para comer, vestir, usar o banheiro, dentre outras. Hoffmann (1994) apresenta que o processo de observar e refletir sobre as ações da criança leva o professor a intervir de modo que a criança de fato se envolva com a atividade, e desse modo o professor poderá observar situações realizadas numa determinada atividade que poderá servir de parâmetro para a elaboração de outra partindo do interesse da criança em relação ao que foi disponibilizado pelo professor. A autora frisa que agindo assim, o professor não estará improvisando a aula ou deixando que a criança determine atividades futuras, mas que “ valorizar o agir das crianças significa contribuir para a ampliação de suas descobertas e não apenas estar ao lado delas permitindo toda e qualquer ação”, Hoffmann (1994,p.105).

Portanto, observar o interesse do aluno e priorizá-lo na elaboração do planejamento contribui para o processo de ensino aprendizagem e essa observação precisa ser registrada minimamente, de modo que no registro conste perguntas dos alunos, ações na realização da atividade, envolvimento com a mesma, noções prévia do que seria realizado e noções posteriores a realização. Feito isso, o professor terá parâmetros para seguir com o planejamento das aulas seguintes atendendo tanto aos interesses das crianças quanto ao próprio interesse de promover o aprendizado das mesmas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos estudos realizados para o desenvolvimento deste artigo, que tem como tema o processo de avaliação na Educação Infantil, acredita-se ter atingido o objetivo geral que era refletir sobre a prática avaliativa na Educação Infantil, a fim de reconhecer sua importância e eficácia ao processo de ensino-aprendizagem. Como também obtivemos parâmetros para a resposta do problema inicial que era *“enquanto professor o que devo me atentar para avaliar as crianças da Educação Infantil, sem que haja o intuito de promoção e/ou julgamentos?”*.

Partindo da leitura do presente artigo, podemos compreender que a dificuldade em avaliar sem julgar e sem classificar as crianças de 0 a 5 anos pode estar relacionada tanto às concepções de avaliação presentes desde séculos passados, quanto ao não entendimento do professor a respeito dos objetivos a serem alcançados nessa etapa educacional.

Ainda no século V para Platão (primeiro pedagogo), era por meio de avaliações que o sujeito saberia qual o papel teria perante a sociedade, de forma que a primeira avaliação ocorria quando o mesmo completava 20 anos, caso não fosse aprovado além de estar designado a fazer parte da classe produtiva da sociedade suas oportunidades de estudos acabavam ali. E é nesse cenário, presente há tantos anos atrás que podemos observar o intuito da avaliação, que era de promover e classificar.

Já o século XVII, foi marcado pelo uso do medo como aliado na promoção da aprendizagem, onde por meio de castigos físicos e morais as crianças eram punidas caso demonstrassem desinteresse perante a aula. Podemos afirmar que essas concepções anteriormente mencionadas deixaram resquícios nos dias atuais, como, por exemplo, envolvendo o medo: quando o professor (a) menciona que fará uma avaliação surpresa, no sentido de que a mesma pode trazer resultados negativos aqueles alunos que não estudaram. Outro exemplo é a avaliação com caráter classificatório, onde por meio das notas obtidas em provas e trabalhos o aluno é conduzido ao próximo ano escolar, ou não.

Ao conhecer as concepções de avaliação, conseguimos entender a dificuldade de avaliar as crianças na Educação Infantil. De modo que, além de todo o cuidado necessário para que a avaliação não sirva como parâmetro de julgamentos, há ainda a necessidade de um olhar com carinho e afeto, na medida

em que acima de tudo, o professor não pode esquecer que está avaliando crianças de 0 a 5 anos, que diferentemente de alunos de outras etapas da Educação Básica, nem sabem que estão sendo avaliadas o tempo todo.

Sugere-se como subsídio ao professor que pretende obter maior conhecimento referente a essa avaliação, fazer aprofundamentos coletivos e individuais sobre a temática. De modo que, com o passar dos anos as pesquisas que abrangem a avaliação nessa faixa etária tem aumentado, mas o foco sempre está voltado para uma avaliação que envolva todas as vivências dentro dos CMEI's. De acordo com Hoffmann (1994) nessa etapa educacional cada ação da criança reflete seu aprendizado e desenvolvimento, portanto cabe ao professor ter um olhar atento e reflexivo sobre as ações.

Vale ressaltar que, além da avaliação que o professor faz das crianças, há ainda a avaliação da referida etapa educacional, como as realizadas pelo SAEB, que tem como objetivo fornecer informações ao estado a respeito de ações que precisam ser realizadas de modo a contribuir com o processo de ensino aprendizagem dessas crianças.

O trabalho como um todo traça uma linha para que haja a compreensão dos déficits presentes na forma de avaliar as crianças pertencentes a primeira etapa da Educação Básica, mostrando que a hipótese inicial do trabalho estava correta, sim a avaliação das crianças da Educação Infantil, em regra, não acontece de forma precisa, necessitando de um olhar mais cuidadoso e atento do professor.

Para melhor aproveitamento dessa leitura se faz necessário um aprofundamento em artigos que remetem a avaliação institucional, avaliação de contextos e recursos para avaliação dessa etapa educacional. Por fim, para além da reflexão da prática avaliativa dos professores que avaliam as crianças da Educação Infantil, foi possível a compreensão a respeito da importância que essa avaliação apresenta em todo o contexto de sala de aula. E ainda, a forma que ela precisa ser aplicada de modo a contribuir no planejamento diário do professor, enriquecendo o processo de ensino aprendizagem.

REFERÊNCIAS:

ANGELUCI, Alan.; BAENA, Priscila.; GASQUEZ, Vanessa. **AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO HISTÓRICO**. Estudos sobre educação, São Paulo, V.29, Set./Dez.2018, p.68-80.

BRASIL. **Lei nº13.005**, de 25 de junho de 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014%E2%80%99> Acesso em: 20 de out de 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 29 de out. de 2019.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: **MEC**, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_sit_e.pdf Acesso em: 18 de out. de 2019.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil: **MEC**, 2010. Disponível em: <https://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf> Acesso em: 05 de dez. de 2019.

CESAR,Janaina; SOUZA, Naldiza. **AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O Desafio de Avaliar sem Classificar**. Revista acadêmico científica, João Pessoa , v. 09, n.1. 2016.

COSTA, Célio Juvenal. **Platão, Aristóteles e o Helenismo**. In: Fundamentos filosóficos da educação. Maringá-Pr: Eduem, 2005. (Coleção Formação de Professores, EAD no 5)

COUTINHO, Angela. PIMENTA, Claudia. A incorporação da Educação Infantil no sistema de avaliação da Educação Básica. **ANPEd**, 2018. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/incorporacao-da-educacao-infantil-no-sistema-de-avaliacao-da-educacao-basica-por-angela> Acesso em: 20 de Nov de 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Grupo de trabalho para discutir a avaliação na Educação Infantil. **ANPEd**, 2012. Disponível em :<http://www.anped.org.br/news/grupo-de-trabalho-para-discutir-avaliacao-da-educacao-infantil> Acesso em: 15 de Nov. de 2019.

HOFFMANN. Jussara. Avaliação na pré escola?. In ____ **Avaliação, mito e desafio uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre, 1994, p.83-103.

NEVES.Vanessa; MORO.Catarina. **Avaliação na Educação Infantil, um debate necessário**. São Paulo: Est. Aval. Educ., v. 24, n. 55, p. 272-302, abr./ago. 2013.

Quais são as avaliações brasileiras e porque elas são importantes?. **Todos pela educação**, 2018. Disponível em:

<https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/uais-sao-as-avaliacoes-brasileiras-e-porque-elas-sao-importantes> .Acesso em: 10 de nov. de 2019.

SAEB sistema de avaliação da Educação Básica. **Inep**, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb> . Acesso em: 10 de nov. de 2019.

Seminário com pesquisadores do GT de Educação Infantil da ANPEd debateu estudos e propostas para a área. **ANPEd**, 2015. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/seminario-com-pesquisadores-do-gt-de-educacao-infantil-da-anped-debateu-estudos-e-propostas> Acesso em: 20 de Nov. de 2019.

SOUZA, Gisele. ANEI e Educação Infantil. **ANPEd**, 2015. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/anei-e-educacao-infantil-entrevista-com-gizele-de-souza-gt-07> . Acesso em: 20 de Nov. de 2019.

VIEIRA, Maria.; CÔCO, Valdete. **A avaliação institucional na educação infantil em diálogo com assertivas do plano nacional de educação**. ANPEd, 2015. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/poster-gt07-4279.pdf> . Acesso em: 20 de Nov. de 2019.